



MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO
AUTOAVALIAÇÃO – QUADRIÊNIO 2021-2024
ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES POR LINHA DE PESQUISA
RELATÓRIO TÉCNICO

Coordenador: Fabiano Peruzzo Schwartz

Área Básica: Ciência Política

Área de Avaliação: Ciência Política e Relações Internacionais

Modalidade: Profissional

Nota da avaliação CAPES no quadriênio 2013-2016: 4

Avaliação CAPES quadriênio 2017-2020: 5 (pontuação máxima para programas *stricto sensu* que oferecem apenas mestrado)

- **Relatório técnico**
Márcia Ayres Gil Lemos Tanno
- **Revisão e aprovação do texto**
Fabiano Peruzzo Schwartz



Introdução

O Mestrado Profissional em Poder Legislativo (MPPL) da Câmara dos Deputados iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2013 e tem como propósito a formação avançada de recursos humanos no campo dos estudos legislativos por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é fundação pública vinculada ao Ministério da Educação e tem entre suas atribuições a de subsidiar esse órgão na formulação de políticas para a pós-graduação *stricto sensu* e avaliar os cursos deste nível com foco na qualidade da formação de doutores e mestres e na excelência do ensino superior no país (Decreto 8.977, de 2017).

A avaliação dos programas *stricto sensu* é realizada em período quadrienal. O primeiro ciclo avaliativo do MPPL compreendeu os anos de 2013 a 2016, período no qual obteve o conceito 4 de uma escala que varia de 1 a 5 para mestrados profissionais.

A Capes passou por grandes mudanças na gestão do órgão durante a atual administração do governo federal. O sistema Qualis, responsável pela estratificação da qualidade da produção intelectual, foi questionado quanto ao método utilizado para a classificação dos trabalhos científicos, fatos que desencadearam a renúncia de mais de uma centena de pesquisadores que cumpriam a função de coordenadores. Nesse contexto, a avaliação da Capes, correspondente aos anos de 2017 a 2020 foi paralisada em razão de uma ação pública proposta pelo Ministério Público. Após a liminar que determinou a suspensão da avaliação ser derrubada, a entidade estabeleceu novo calendário, com previsão de divulgação dos resultados finais de avaliação em dezembro de 2022¹. A demora dessa avaliação traz grandes prejuízos ao interesse público da comunidade acadêmica e da sociedade em conhecer o desempenho dos programas de pós-graduação e estabelecer diretrizes de aperfeiçoamento.

A produção científica tem um relevante papel no conjunto das atividades acadêmicas, pois é partir dela que o conhecimento é difundido e democratizado. Diante disso, os programas devem apontar nas fichas de avaliação as produções mais relevantes, a fim de que sejam avaliadas qualitativamente pelas comissões examinadoras da Capes e verificados o alinhamento das pesquisas com os objetivos de cada programa. O Plano de Ações Estratégicas do Programa de Pós-Graduação do Cefor (2021-2024)² estabelece como diretriz a relevância socioeconômica da produção científica. Nesse contexto, fica evidenciada a importância da autoavaliação direcionada aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Assim, o estudo proposto visa a identificar potencialidades, detectar elementos frágeis, verificar se os objetivos do Programa estão sendo alcançados e melhorar a qualidade

¹ Portaria/Capes n. 212, de 15 de dezembro de 2021.

² Publicado na página da Pós-Graduação em <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>>. Acesso em 26 jan. 2022



acadêmica.

Linhas de Pesquisa

O MPPL tem como missão e principal objetivo a formação de profissionais qualificados com habilidades de pesquisa e de produção de conhecimento no campo dos estudos legislativos, capazes de intervir efetivamente em problemas complexos da instituição, por meio de práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, e de dialogar com as realidades e desafios cotidianos do Poder Legislativo, contribuindo para o seu aperfeiçoamento, para o processo democrático e para atender às demandas da sociedade.

A seguir, indicamos as linhas de pesquisa do Programa.

1) Gestão Pública no Poder Legislativo

Propõe-se a estudar a burocracia pública como elemento relevante na construção de democracia. Nesse sentido, cabem, por um lado, estudos relativos à gestão da burocracia do Poder Legislativo em suas várias dimensões (estratégia, pessoas, processos, tecnologias, finanças, segurança, espaço físico, infraestrutura e outras). Por outro lado, cabem ainda estudos relacionados ao papel do Legislativo no monitoramento, fiscalização e avaliação da burocracia do Executivo na condução de políticas públicas.

2) Processos Políticos do Poder Legislativo

Dedica-se a compreender o Legislativo dentro da tripartição clássica dos poderes e do exercício político que lhe dá existência. Dessa maneira, a linha se ocupa de três grandes funções tradicionalmente relacionadas ao Legislativo: a função legiferante, presente no processo legislativo, em geral, e nas diversas fases da elaboração e apreciação das leis, em específico; a função de controle e fiscalização da administração pública em relação ao funcionamento do Estado; e a função de representar a sociedade que faz parte do Legislativo.

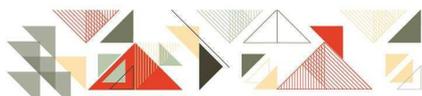
3) Política Institucional do Poder Legislativo

Tem como campo de estudo os saberes e as práticas que as casas legislativas elaboram e disseminam sobre o Legislativo. Estratégias de ampliação e/ou melhoria da participação e da representação políticas merecem destaque, bem como as ações pedagógicas realizadas pelo Parlamento, em suas vertentes informativas e comunicativas.

Considerações iniciais

Como parte da Política de Autoavaliação do MPPL, especificamente quanto à análise dos assuntos que correspondem a produção acadêmica, este relatório baseia-se nas informações apresentadas pelos orientadores dos alunos que defenderam os TCCs no período de 11/11/2020 a 31/12/2021, totalizando 17 (dezessete) pesquisas, conforme discriminado no Anexo I.

O desenvolvimento deste trabalho se deu pela aplicação de formulário eletrônico com o objetivo de obter a percepção do docente orientador quanto às temáticas abordadas nos TCCs. A partir disso, apresentamos a seguir os resultados.



Desenvolvimento

Tomando por referência as linhas de pesquisa do Programa, as principais temáticas identificadas nos TCCs foram as seguintes:

1) Gestão Pública no Poder Legislativo

- Burocracia e eficiência
- Recursos humanos / gestão de pessoas
- Gestão da tecnologia e da informação
- Orçamento e finanças
- Políticas públicas
- Governança

2) Processos Políticos do Poder Legislativo

- Funções constitucionais do Poder Legislativo
- Relação entre poderes
- Função legiferante
- Processo legislativo
- Controle e Fiscalização do Estado
- Atuação da sociedade no Legislativo
- Processo eleitoral
- Discurso Político

3) Política Institucional do Poder Legislativo

- Transparência
- Representação e participação política
- Educação
- Informação
- Comunicação (Rádio Câmara, TV Câmara, mídias sociais)

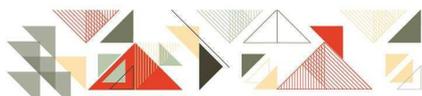
Além dessa classificação inicial, os professores indicaram novas temáticas a partir das respectivas orientações.

Quadro 1 – Novas temáticas indicadas pelos orientadores

Linha 1	Inovação no setor público
	Modernização da Administração Pública
Linha 2	Disciplina partidária
	Poder local
	Representação de interesses

Fonte: Questionário respondido pelos orientadores. Elaboração: autora

Essas informações serão avaliadas nas próximas ações de categorização dos TCCs, com a possibilidade de serem criados subtemas dentro de uma mesma temática ou de serem os tópicos agregados dentro de uma linha de pesquisa.



Outro aspecto digno de nota é o fato de os TCCs avaliados nesta amostragem não terem abordado as temáticas “segurança institucional” e “espaço físico”, as duas da Linha 1,

Resultados

A distribuição por linha de pesquisa dos 17 (dezessete) TCCs objeto deste estudo está representada no Quadro 2.

Quadro 2 – TCCs por linha de pesquisa informada (11/11/2020 a 31/12/2021)

Linha de pesquisa informada	Total de TCCs	Percentual aproximado (%)
Linha 1	4	24%
Linha 2	7	41%
Linha 3	6	35%

Fonte: Questionário respondido pelos orientadores. Elaboração: autora

Com o objetivo de fazer uma análise comparativa, indicamos no Quadro 3 os quantitativos do período avaliativo anterior (ano de 2020).

Quadro 3 - TCCs por linha de pesquisa informada (1/1/2020 a 10/11/2020)

Linha de pesquisa informada	Total de TCCs	Percentual aproximado (%)
Linha 1	6	26%
Linha 2	11	48%
Linha 3	6	26%

Fonte: Relatório de Autoavaliação – Análise das Dissertações por Linha de Pesquisa (2020)³.

Verifica-se a predominância de pesquisas em “Processos Políticos do Poder Legislativo” (Linha 2) nos dois períodos de autoavaliação (anos de 2020 e 2021), sendo oportuno registrar que as temáticas que mais apareceram nessa linha foram “processo legislativo” e “atuação da sociedade no legislativo”, conforme indicado a seguir na figura 2.

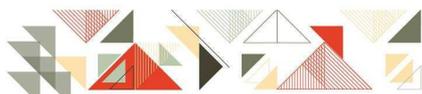
Na sequência, outros aspectos serão abordados e classificados por tópicos.

Tópico I – Adequação do TCC com a linha de pesquisa

O Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados tem como objeto de estudo o Poder Legislativo. As linhas de pesquisa propostas objetivam estimular a análise crítica do processo legislativo e das práticas que as casas legislativas elaboram e disseminam, em suas dimensões organizativa, funcional, política e institucional, sendo oportuno destacar que existe integração entre os temas.

Nesse contexto, é natural que o trabalho de pesquisa transpasse as linhas temáticas. Neste tópico de análise o objetivo é verificar se durante a elaboração da pesquisa a área de concentração do pré-projeto apresentado pelo docente seguiu um caminho linear.

³ Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>>. Acesso em 26 jan. 2022.



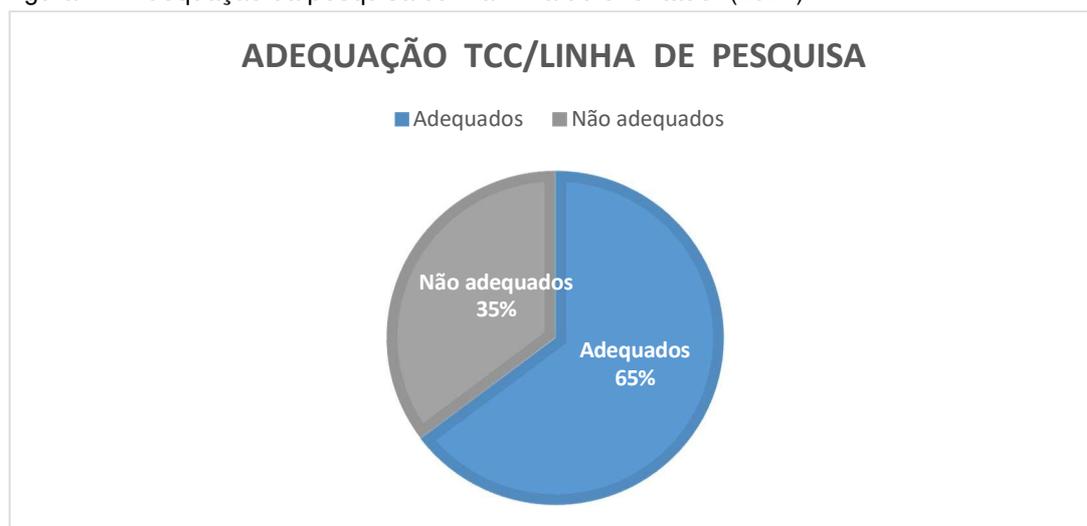
Com esse propósito, identificamos 5 (cinco) TCCs cuja temática predominante está dissociada da linha defendida no pré-projeto. Em termos percentuais, isso significa 29%, número superior ao evidenciado nos dois últimos levantamentos (anos de 2019 e 2020)⁴ que apresentaram 10% e 13% de pesquisas nessa condição.

Tópico II – Adequação da linha de pesquisa dos TCCs com a área de concentração do orientador

O Corpo Docente está composto por profissionais permanentes e colaboradores que são alocados nas linhas do Programa de Mestrado de acordo com suas especializações e campos de pesquisa e conhecimento. Sabe-se que o orientador tem papel relevante na vida acadêmica do mestrando, na medida em que contribui para a elaboração do projeto de pesquisa, ajuda no refinamento da metodologia, identifica as dificuldades e atua como guia na escolha e desenvolvimento de disciplinas e atividades.

Por esses motivos, a correspondência dos TCCs com a linha de pesquisa do orientador é desejável. Após análise, verifica-se que 6 produções acadêmicas, 35% do total, não guardam correlação com a expertise principal do orientador, conforme mostrado a seguir.

Figura 1 – Adequação da pesquisa com a linha do orientador (2021)



Fonte: autora

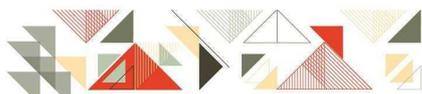
Verifica-se, outrossim, que no atual período de análise o quantitativo de TCCs não adequados é superior ao verificado no relatório de 2020, que atingiu um percentual de 22%⁵.

Tópico III – Levantamento das temáticas mais recorrentes e menos recorrentes

Analisar as temáticas que aparecem com mais frequência nos trabalhos de pesquisa é um convite à reflexão do corpo docente e do Colegiado na definição da oferta de disciplinas

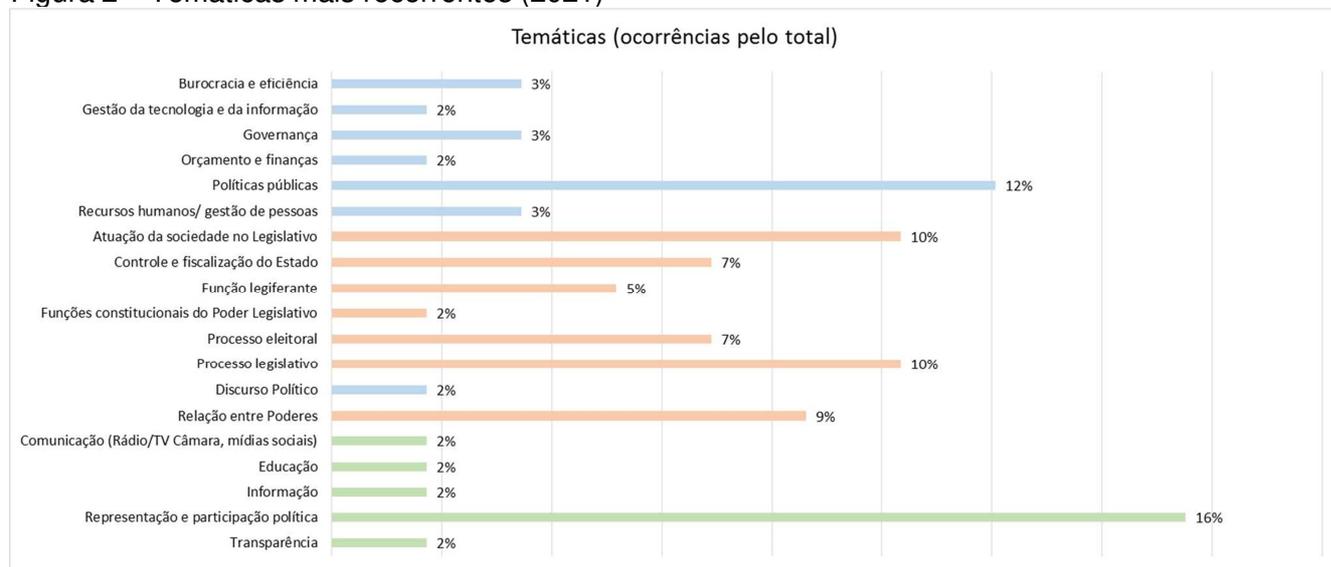
⁴ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>. Acesso em 26 jan. 2022.

⁵ Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>>. Acesso em 26 jan. 2022.



e demais atividades do Mestrado. A abordagem de um tema pode fomentar o interesse do estudo científico acerca do assunto. Nas pesquisas em análise tivemos o total de 58 ocorrências de temáticas. Na Figura 2 estão representados os percentuais de temáticas abordadas nos trabalhos.

Figura 2 – Temáticas mais recorrentes (2021)

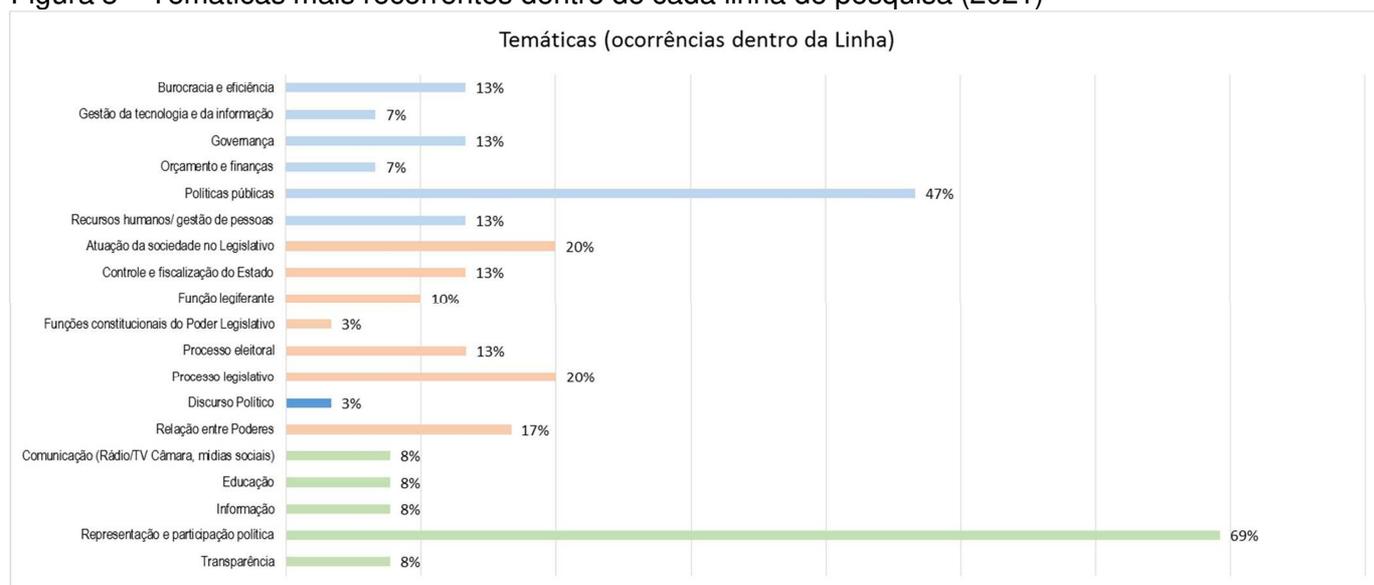


Fonte: Trabalhos de dissertações do período de 11/11/2020 a 31/12/2021. Elaborado pela autora.

Como se vê, a temática mais recorrente foi “representação e participação política” (Linha 3).

Já na Figura 3, buscamos representar os temas mais procurados dentro de cada linha de pesquisa.

Figura 3 – Temáticas mais recorrentes dentro de cada linha de pesquisa (2021)



Fonte: Trabalhos de dissertações do período de 11/11/2020 a 31/12/2021. Elaborado pela autora.

Merece destaque a relevante incidência do tema “representação e participação política” na linha 3.



Tópico IV – Tempo de conclusão de curso do discente

No quadriênio de avaliação 2017-2020, o MPPL intensificou o foco na formação discente e produção intelectual. Nesse contexto, além da análise do impacto e adequação dos Trabalhos de Conclusão de Curso, merece atenção o tempo que o aluno utiliza para a conclusão do Mestrado. O Regimento do Mestrado Profissional em Poder Legislativo (Ato da Mesa n. 54, de 2015) estabelece como prazo para finalizar o curso de dois a cinco semestres (12 meses a 30 meses). O normativo em questão permite ainda o trancamento por 1 semestre letivo, hipótese em que o prazo de conclusão do curso fica suspenso.

O tempo médio utilizado pelos alunos avaliados neste estudo para finalizar o curso alcançou o índice de 30,93 meses. Esse índice sofreu impacto com o trancamento de curso de 2 alunos da turma 2018. Além disso, em razão da pandemia Covid 19, o Colegiado do Mestrado estendeu em 3 meses o prazo para finalizar (Portaria/CAPES n. 55, de 2020).

Diante da excepcionalidade da Covid, e com o objetivo de analisar o tempo médio de curso dos alunos que não trancaram, fizemos uma outra análise com a exclusão dessas ocorrências (total de 3). Como resultado, o tempo médio de conclusão ficou em 29,45 meses.

Análise e considerações

O mapeamento das produções acadêmicas demonstrou que 65% das dissertações estão alinhadas com o perfil do orientador. É desejável que esse percentual seja bem próximo de 100%, sendo oportuno mencionar que ações resultantes da política de autoavaliação adotada pelo Programa já foram implementadas com o propósito de atingir esse objetivo.

No último processo seletivo realizado para seleção de alunos regulares do mestrado (edital n. 6, de 2021)⁶ foram ofertadas as vagas de acordo com a disponibilidade de orientação de cada docente, eliminando-se a ocorrência de candidatos aprovados sem docente disponível. Foi estabelecido, ainda, como requisito a necessidade de o candidato apresentar pré-projeto em conformidade com os temas indicados pelo orientador escolhido e relacionados à linha de pesquisa do professor.

A adoção dessa sistemática tem o objetivo de ajustar a produção científica com a linha de pesquisa do orientador (tópico II) e assegurar a aderência da dissertação à linha de pesquisa original apresentada no pré-projeto (tópico I).

Além disso, a indicação de temáticas específicas para as pesquisas tem também o propósito de atender as demandas estratégicas da Câmara dos Deputados. O Programa de Pós-Graduação tem o foco voltado para criação de produtos que buscam o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, o aprimoramento da sociedade e o desenvolvimento de políticas públicas.

Com relação à temática “representação e participação política” da linha 3 verificamos que os discentes pesquisadores possuem relevante interesse pelo tema.

⁶ Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/processo-seletivo>>. Acesso em 26 jan. 2022.



Já no tocante ao tempo de conclusão de curso dos discentes (tópico IV), nota-se que ultrapassou o tempo máximo de 30 meses em razão dos efeitos da pandemia e dos pedidos de trancamento que podem estender o prazo para a defesa do TCC em até seis meses. No entanto, como já citado, quando excluídas essas ocorrências, o tempo médio de conclusão permaneceu no limite estabelecido em normativo.

Outra questão aqui importante a ser levantada referente ao período analisado é a não ocorrência de reprovação, cancelamento ou desistência de aluno no curso.

Considerações Finais

Com esse trabalho, fizemos um panorama investigativo dos TCCs defendidos no período de 11/11/2020 a 31/12/2021 no âmbito do Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Já estamos no quadriênio 2021-2024, sendo a análise dos trabalhos de conclusão um dos eixos principais das ações estratégicas do Programa de Pós-Graduação do Cefor⁷.

Nesse contexto, o resultado deste trabalho é relevante para análise do impacto e adequação dos TCCS e dá suporte para a adoção de estratégia de ação apta ao alcance dos objetivos pretendidos e alinhamento às diretrizes institucionais da Câmara dos Deputados.

Por fim, cumpre apontar que parte do planejamento do Programa para o quadriênio 2021-2024 aguarda as diretrizes que serão estabelecidas pela Capes na conclusão da avaliação quadrienal do ciclo 2017-2020.

⁷ O PPG-Cefor se orienta pelo aperfeiçoamento constante de atividades e processos tendo como instrumento de análise as ações resultantes de sua Política de Autoavaliação e os resultados aferidos a cada ciclo de avaliação estratégica, cujas ações estratégicas são estruturadas em cinco eixos principais: corpo docente; corpo discente e trabalhos de conclusão; produções intelectuais; internacionalização; e inserção social. (grifo nosso)



ANEXO I

Trabalhos de Conclusão de Curso finalizados no período de 11/11/2020 a 31/12/2021.

Linha original	Dissertação	Aluno/Orientador	Turma	Temáticas levantadas
3	EFETIVIDADE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: percepção dos atores envolvidos	Andrei Paula Leite Paz/ Fabiano Peruzzo Schwartz	2018-2	Linha original: Representação e participação política Linha 1: Políticas públicas Linha 2: Funções Constitucionais do Poder Legislativo, Processo legislativo, Atuação da sociedade no legislativo
2	MUDANÇA INSTITUCIONAL NO CONGRESSO NACIONAL: Uma análise a partir da judicialização do veto dos <i>royalties</i> do petróleo	Dhyego Marcus Cruz e Silva/Ricardo de João Braga	2018-2	Linha original: Controle e fiscalização do Estado, Função legiferante, Funções constitucionais do Poder Legislativo; Relação entre os poderes, Processo legislativo
2	O EXAME DE ADEQUAÇÃO E COMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A 55ª LEGISLATURA: uma abordagem informacional	Fernando Tavares Correa/João Luiz Pereira Marciano	2018-2	Linha original: Controle e fiscalização do Estado, Funções constitucionais do Poder Legislativo, Relação entre os poderes Linha 1: Orçamento e finanças, Políticas públicas
3	Mulheres e Lobby no Brasil: como elas jogam o jogo dos homens no Congresso Nacional	Francine Moor/Giovana Dal Bianco Perlin	2018-2	Linha original: Representação e participação política Linha 2: Processo legislativo, Atuação da sociedade no Legislativo
1	IDENTIFICANDO O CAPITAL HUMANO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE SISTEMÁTICA E COMPARADA COM AS PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	Oswaldo Mazzola Júnior/Roberto Campos da Rocha Miranda	2018-2	Linha original: Recursos humanos/gestão de pessoas
2	CONEXÃO ELEITORAL: Uma análise sobre a relação entre padrões geográficos de distribuição de votos e o comportamento legislativo das deputadas na 55ª legislatura	Raquel Silva de Faria/Ricardo Chaves de Rezende Martins	2018-2	Linha original: Função legiferante, Processo eleitoral Linha 3: Representação e participação política
3	REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: Percepções de Integrantes da Secretaria e da Procuradoria da Mulher na Câmara dos Deputados sobre a eficácia das cotas femininas nos resultados eleitorais de 2018	Roberta Cristina Passos Gonçalves/Fabiano Peruzzo Schwartz	2018-2	Linha original: Representação e participação política Linha 1: Políticas públicas Linha 2: Processo eleitoral e Processo legislativo



1	FIRE-ALARM OU POLICE-PATROL? Análise da atuação parlamentar da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados no período da 55ª legislatura (2015-2019) à luz de duas abordagens teóricas da fiscalização congressual	Roberto Rondon Correa/João Luiz Pereira Marciano	2018-2	Linha original: Orçamento e finanças Linha 2: Funções Constitucionais do Poder Legislativo, Controle e fiscalização do estado e Relação entre poderes
1	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM CASAS LEGISLATIVAS: Possibilidades e Desafios	Rômulo de Sousa Mesquita/Nelson Gomes dos Santos Filho	2018-2	Linha original: Burocracia e eficiência
2	O FIM DAS COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS E SEUS REFLEXOS NOS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA VEREADORES EM 2020	Adriana Pereira Lemos de São José/Ricardo Chaves de Rezende Martins	2019-2	Linha original: Processo eleitoral Linha 3: Representação e participação política
1	MEDIDAS PROTETIVAS NA LEI MARIA DA PENHA: um retrato da atual agenda propositiva legislativa	Daniela Novaes Souza Lira Vieira/ Giovana Dal Bianco Perlin	2019-2	Linha original: Políticas públicas Linha 3: Representação e participação política
3	REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES E PODER LOCAL: ATUAÇÃO DO EMPRESARIADO COMO ATOR POLÍTICO NO DISTRITO FEDERAL NA IMPLEMENTAÇÃO DO PRÓ- DF	Érik Fernando de Sales Araújo/Antonio Teixeira de Barros	2019-2	Linha 1: Políticas públicas Linha 2: Relação entre poderes e Atuação da sociedade no legislativo
3	FUNÇÕES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS INTERATIVAS NO SENADO FEDERAL	Marcus Guevara Sousa de Carvalho/ Antonio Teixeira de Barros	2019-2	Linha original: Representação e participação política Linha 1: Políticas públicas Linha 2: Atuação da sociedade no legislativo
2	VOTO REGIONAL, NOMINAL E PROPORCIONAL NAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS: análise da representatividade das regiões geográficas intermediárias brasileiras e uma proposta de redução da magnitude dos distritos eleitorais	Roberto Jardim Cavalcante/ Ricardo Chaves de Rezende Martins	2019-2	Linha original: Processo eleitoral Linha 3: Representação e participação política
2	O PERFIL DA DISCIPLINA DOS PARTIDOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA 55ª LEGISLATURA (2015-2019): Uma análise categorizada do comportamento parlamentar sob a perspectiva de sua disciplina nas votações nominais em Plenário	Rodolfo Augusto Rocha Monteiro/ Ricardo Chaves de Rezende Martins	2019-2	Linha original: Função legiferante e Processo legislativo
3	DIAGNÓSTICO DA E-PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: Uma análise da efetividade da mediação institucional nas ferramentas on-line	Simone Ravazzoli/Malena Rehbein Rodrigues Sathler Guimarães	2019-2	Linha original: Transparência, Representação e participação política, Educação, Informação, Comunicação (Rádio Câmara, TV Câmara, mídias sociais) Linha 2: Controle e fiscalização do Estado, Atuação da sociedade no Legislativo e Discurso Político



				Linha 1: Burocracia e eficiência, Recursos humanos/gestão de pessoas, Gestão da tecnologia e da informação e Governança
2	A Relação Legislativo-Executivo durante as Manifestações de 2013	Thyago Marcel Cruz e Silva/ Fabio de Barros Correia Gomes	2019-2	Linha original: Atuação da sociedade no Legislativo, Processo legislativo e Relação entre poderes Linha 1: Políticas públicas